



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

Registro: 2026.0000047142

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 1131839-88.2024.8.26.0100, da Comarca de São Paulo, em que é apelante RICARDO LUIS REIS NUNES, é apelada TABATA CLAUDIA AMARAL DE PONTES.

ACORDAM, em 8ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Deram provimento parcial ao recurso, nos termos que constarão do acórdão. V. U. SUSTENTOU ORALMENTE O ADVOGADO ROBERTO TEIXEIRA LIMA JUNIOR", de conformidade com o voto do Relator(a), que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores SALLES ROSSI (Presidente) E PEDRO DE ALCÂNTARA DA SILVA LEME FILHO.

São Paulo, 4 de fevereiro de 2026.

RONNIE HERBERT BARROS SOARES

Relator

Assinatura Eletrônica



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

RECURSO Nº 1131839-88.2024.8.26.0100

APELANTE: RICARDO LUIS REIS NUNES

APELADA: TABATA CLAUDIA AMARAL DE PONTES

ORIGEM: FORO CENTRAL (CAPITAL) – 30ª VARA

MAGISTRADO (A) DE PRIMEIRO GRAU: PRISCILLA BITTAR NEVES
NETTO

VOTO Nº 15434

EMENTA: Direito Civil. Apelação. Indenização por danos morais. Parcial provimento.

I. Caso em Exame

Ação de indenização por danos morais ajuizada por Ricardo Luis Reis Nunes contra Tabata Cláudia Amaral de Pontes, alegando ofensa à honra por insinuações feitas em redes sociais durante campanha eleitoral. A sentença de primeira instância julgou improcedentes os pedidos do autor, que recorreu.

II. Questão em Discussão

2. A questão em discussão consiste em determinar se as declarações feitas pela ré configuram ofensa à honra do autor, justificando indenização por danos morais.

III. Razões de Decidir

3. A conduta da ré foi considerada ofensiva à honra do autor, ultrapassando os limites da liberdade de expressão e configurando abuso no contexto eleitoral.

4. A Justiça Eleitoral já havia reconhecido a irregularidade e abuso na propaganda eleitoral, o que reforça a necessidade de reparação.

IV. Dispositivo e Tese

5. Dá-se parcial provimento ao recurso do autor, condenando a ré a pagar R\$ 30.000,00 a título de indenização por danos morais, corrigidos monetariamente e acrescidos de juros de mora.

Tese de julgamento: 1. A ofensa à honra no contexto eleitoral justifica a reparação por danos morais. 2. A liberdade de expressão não abrange imputações ofensivas sem base fática.

Legislação Citada:

CPC, art. 487, I; art. 85, § 2º; Código Civil, arts. 389 e 406; Lei 14.905/24.

Jurisprudência Citada:

STJ, REsp nº 296.391/RJ, Rel. Min. Luís Felipe Salomão, Quarta Turma, julgado em 19/3/2009, DJe de 6/4/2009.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

STJ, REsp 279197/SE, Rel. Ministro Barros Monteiro, Quarta Turma, julgado em 07/11/2002, DJ 24/02/2003 p. 237.

TRE-SP, Recurso Eleitoral nº 0600170-45.2024.6.26.0002, Rel. Juíza Maria Cláudia Bedotti, julgado em 29/08/2024.

TSE, Recurso Especial Eleitoral nº 0600170-45.2024.6.26.0002, Rel. Min. Isabel Galotti, julgado em 18/09/2024.

Vistos.

1 – A r. sentença de fls. 346/349, de relatório adotado, julgou a ação de indenização por danos morais ajuizada por RICARDO LUIS REIS NUNES em face de TABATA CLÁUDIA AMARAL DE PONTES, nos seguintes termos: *“(...) julgo improcedentes os pedidos formulados (...). Em consequência, julgo extinto o feito com fundamento no art. 487, I, do CPC. Condeno a parte autora ao pagamento das custas e despesas processuais, além de 15% de honorários advocatícios, sobre o valor atualizado da causa, com fundamento no artigo 85, § 2º, do CPC”*.

Inconformado, recorre o autor, alegando, em síntese, que a ré lhe imputou a prática de roubar e ser inerte como prefeito, por meio da insinuação maliciosa de que deveria adotar como slogan de campanha a expressão “rouba e não faz”, devendo ser considerado o agravamento da ofensa pela distribuição da imputação específica e direta de prática delituosa, em redes sociais. Cita precedentes de jurisprudências. Esclarece que, mesmo que existam investigações e reportagens, tais não autorizam a declaração de que estaria envolvido com ilicitude. Pede o acolhimento do recurso (fls. 352/369).

O recurso foi regularmente processado, com apresentação de contrarrazões (fls. 376/404).

Há oposição ao julgamento virtual – fl. 408.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

É o relatório.

2 – A questão debatida nos autos se submete à subsunção de diversas esferas jurisdicionais.

Permite a aferição da conduta sob ponto de vista da legislação penal, por envolver alegada violação à honra objetiva/subjetiva do autor.

Admite a discussão no âmbito do Direito Eleitoral, como já realizada pelas instâncias dessa jurisdição, como se vê dos autos com decisões do TRE e TSE.

Igualmente se submete à jurisdição cível, que se discute no caso concreto, para aferição de prática de ilícito que mereça coibição e justifique a reparação pleiteada na inicial.

Houvesse definição no campo penal, com sentença condenatória, por força de regra de direito material inserida no C.P.P., a hipótese seria de simples análise da extensão do afirmado dano.

Não há essa notícia nos autos.

Mas há a definição de irregularidade e abuso na propaganda eleitoral, reconhecida nas diversas instâncias da Justiça Eleitoral, que dá a direção a ser observada, ainda que sem a força legal imposta pelo C.P.P. (art. 63 a 68).

Isso decorre da necessidade de se realizar o julgamento com perspectiva holística, destinada a reforçar a relevante função da Justiça Eleitoral na contenção dos abusos praticados no curso



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

processo eleitoral, que não se limita a simples atividade correcional de censura prévia ou posterior aos atos que ferem a credibilidade do pleito, transformando-o – como se viu na última eleição municipal da capital paulista – em espetáculo de ofensas.

Ao tema específico do quanto decidido pela Justiça Eleitoral no caso concreto se retornará à frente.

Observa-se que essa diretriz de imposição de limites ao debate eleitoral, tem sido reconhecida pela jurisprudência.

O Superior Tribunal de Justiça, em acórdão relatado pelo eminente Ministro Luís Felipe Salomão, teve oportunidade de apreciar situação parelha.

Em disputa eleitoral para o cargo de Governador do Estado do Rio de Janeiro, o então candidato César Maia, ao conceder entrevistas a periódicos locais, a pretexto de expressão livre de pensamento e livre direito de crítica, afirmou que o seu adversário Leonel Brizola, no período em que fora governador, teria se beneficiado do tráfico de drogas para fins eleitorais.

No v. Acórdão proferido no RESP nº 296.391 – RJ, o Ministro relator fez precisa análise a respeito da regra de ponderação a ser aplicada a casos como este, em que se mostra aparente colisão entre princípios de igual estatura constitucional.

Diz-se aparente porque, em verdade, se mostra perfeitamente possível aferir no caso concreto qual o nível de proteção prevalece na discussão sobre o respeito devido ao direito de opinião versus o direito à honra, à imagem e à dignidade da pessoa humana.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
 São Paulo

Citando Dworkin, Alexy e Barroso, o Ministro Luís Felipe Salomão pontuou:

Embora seja livre a manifestação do pensamento - mormente em épocas eleitorais, em que as críticas e os debates relativos a programas políticos e problemas sociais são de suma importância, até para a formação da convicção do eleitorado -, tal direito não é absoluto. Ao contrário, encontra rédeas tão necessárias para a consolidação do Estado Democrático de Direito quanto o direito à livre manifestação do pensamento: trata-se dos direitos à honra e à imagem, ambos condensados na máxima constitucional da dignidade da pessoa humana. (REsp n. 296.391/RJ, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, julgado em 19/3/2009, DJe de 6/4/2009)

No caso sob exame, ao contrário do que pretende a apelada, não se reconhece exercício regular de direito à crítica ou simples manifestação de opinião, na afirmação de que o autor “rouba e não faz!”.

Manuel Castells¹, citando Raymond Barglow, que elaborou estudo de psicanálise social sobre a influência dos novos meios de comunicação nas relações humanas², aponta o fato paradoxal de que *embora aumentem a capacidade humana de organização e integração, ao mesmo tempo os sistemas de informação e a formação de redes subvertem o conceito ocidental tradicional de um sujeito separado, independente.*

E afirma que:

A mudança histórica das tecnologias mecânicas para as tecnologias da informação ajuda a subverter as noções de soberania e auto-suficiência que serviam de âncora ideológica à identidade individual desde que os filósofos gregos elaboraram o conceito, há mais de dois milênios. Em resumo, a tecnologia está ajudando a desfazer a visão de mundo por ela promovida no passado.

¹ A Sociedade em Rede. A era da Informação, Economia, Sociedade e Cultura. Volume 1. São Paulo: 2010, editora Paz e Terra, p. 58.

² The *Crisis of the Self in the Age of Information*.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

Esclarece Castells que a sociedade de informação *configura uma forma específica de organização social em que a geração, o processamento e a transmissão da informação tornam-se as fontes fundamentais de produtividade e **poder** devido às novas condições tecnológicas surgidas nesse período histórico.*³ (grifo meu)

Essa inegável fonte de poder subverte as noções de território, soberania, povo e pátria, tão caras à conceituação de Estado. Afasta os limites geográficos e as divergências culturais e linguísticas criando uma sociedade global que se pretende autopoietica, ou seja, um sistema que produz a si próprio e não reconhece intervenção externa e nem mesmo limitação jurídica.

Um dos desafios da Justiça Eleitoral na atualidade está exatamente na contenção de abusos que possam ser cometidos no transcorrer do processo eleitoral.

Não é apenas dela, mas da sociedade em geral, envolvendo questões atinentes à mais variada gama de direitos sujeitos a risco, inclusive a própria liberdade de expressão e informação, como se vê das diversas tentativas de imposição de algum limite (v.g. propostas em tramitação no Legislativo, decisões recentes do c. Supremo Tribunal Federal, além de medidas comunitárias e individuais de países da União Europeia e EUA).

Inegavelmente, por si ou por sua assessoria, em disputa eleitoral desse jaez, os candidatos dispõem de mecanismos tecnológicos de interrelação com o eleitorado que ultrapassam em muito a capilaridade e alcance dos meios tradicionais de propaganda eleitoral.

³ Idem, p. 65.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

O que se vê dos autos é que a conduta da requerida foi direcionada para a obtenção de efeito específico sobre o eleitorado, com vistas à captação de novos eleitores ou para reforço aos já convertidos.

Tirou-se do debate o "corte", ou seja, trecho curto extraído do vídeo, com o objetivo de destacar o momento específico em que, à guisa de indagação, a requerida afirmou que o autor "rouba e não faz".

Essa estratégia permitiu reaproveitar do conteúdo extenso o fragmento curto, de fácil consumo nas redes sociais, em que a ré dispõe de mais de 1,5 milhão de seguidores, como se vê da inicial.

Não se cuidou de mera "sugestão", simples "pergunta" manifestação de "crítica" ou "exercício de liberdade de expressão" e o argumento fere o bom senso.

Tampouco a existência de qualquer investigação, como argumentado a fls. 253 a 262, autorizam a imputação da pecha de roubador a quem quer seja. Por isso mesmo é que corretamente suplantada a pretensão de produção de provas irrelevantes e procrastinatórias que ali haviam sido postuladas.

A ilustre Juíza Cláudia Barrichello, ao decidir pela concessão do direito de resposta ao autor no processo nº 0600170-45.2024.6.26.0002, fez escorreita análise da conduta adotada pela requerida (fls. 221):

Assim, a requerida imputa ao autor, de forma indireta, a prática do crime de roubo, ao sugerir que ele adote como slogan a frase "ROUBA E NÃO FAZ".

Como se sabe, o exercício de direito de resposta, em prol da liberdade de expressão, é de ser concedido



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
 São Paulo

excepcionalmente. Viabiliza-se apenas quando for possível extrair, da afirmação apontada como sabidamente inverídica, ofensa de caráter pessoal a candidato, partido ou coligação. No caso em análise, a imputação extrapola os limites da liberdade de expressão e do debate político e configura unicamente ofensa à honra do candidato autor. (grifei)

Do mesmo modo, o Tribunal Regional Eleitoral, em acórdão relatado pela eminente Juíza Maria Cláudia Bedotti, assim se manifestou:

A partir de tal substrato fático, conclui-se que a recorrente Tabata Amaral não se limitou a trazer a público fatos negativos noticiados na mídia envolvendo a gestão do executivo municipal, mas expressamente imputou ao representante a prática de condutas criminosas, na medida em que o slogan sugerido ao ora recorrido colocam-no como sujeito ativo de, no mínimo, dois crimes, a saber, roubo e prevaricação, o que, sem dúvida alguma, configura conteúdo ofensivo à honra e imagem do candidato adversário.

Não se olvida que a disputa eleitoral não é ambiente asséptico, de modo que críticas ácidas e contundentes ou imagens explorando temas políticos e de interesse da população fazem parte do jogo eleitoral, não ensejando, por si só, direito de resposta.

Lado outro, contudo, as falas que ultrapassam os limites do questionamento político e descambam para o insulto pessoal, com a imputação de delitos ou de fatos sabidamente inverídicos e/ou gravemente descontextualizados, atraem o direito de resposta.

Essa é hipótese dos autos, pois a assertiva no sentido de que o representante rouba e não faz veicula para ao eleitor a informação de que o candidato é criminoso e que deve ser evitado por tal desvirtuamento de conduta, merecendo, portanto, a intervenção da Justiça Eleitoral.

Trata-se, em suma, de imputação apta a macular direitos de personalidade do representante e que extrapolou os limites da mera liberdade de expressão, resvalando para o ataque pessoal. (TRE-SP – RECURSO ELEITORAL (11548) - 0600170-45.2024.6.26.0002 - São Paulo, j. em 29/08/2024).

Encerrando o *iter* em sede de Justiça Eleitoral, a ilustre Ministra Isabel Galotti, ao negar seguimento ao recurso interposto contra a decisão do TRE-SP, assim fundamentou sua decisão (fls. 245):

Considerada a base fática do acórdão de origem, que analisou todo o contexto do acervo probatório, a expressão



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
 São Paulo

“rouba e não faz” exorbitou a crítica política. O TRE/SP destacou que a recorrente imputa ao candidato adversário a prática de crimes, sem demonstrar que há, ao menos, acusação formal nesse sentido.

Trata-se de postagens destinadas a desqualificar o oponente, capazes de incutir na ideia do eleitorado narrativa destituída de substrato fático correspondente, ultrapassando a realização de mera crítica política. (TSE – RECURSO ESPECIAL ELEITORAL (11549) Nº 0600170-45.2024.6.26.0002 (PJe) - SÃO PAULO, j. em 18/09/2024).

Como inicialmente afirmado, a conduta ora analisada se submete à incidência de normativa jurídica diversa, mas a conclusão sobre a incursão em violação à dignidade pessoal do autor é substrato de todas elas, com acréscimo de que, na Justiça Eleitoral, se busca garantir a higidez do pleito que não pode ser transformado em ambiente de luta sem limites.

Com a devida vênia ao entendimento expressado na r. sentença, houve evidente violação ao direito de personalidade do autor, não se cuidando de simples crítica, especialmente porque a pretensão bem delineada foi a de conectar a imagem do candidato à de outros políticos a quem associada a imputação.⁴

O fato de não ter o autor se utilizado do direito de resposta concedido na Justiça Eleitoral não importou em renúncia ao direito de reparação veiculado nesta ação. Tampouco a reeleição obtida importa em compensação do dano, que ora se reconhece existente, não sendo indispensável à admissão de violação moral a demonstração de efetiva ofensa à honra objetiva/subjetiva.

O ilícito se perpetrou com a conduta, visto que o resultado não é essencial para a consumação, mas é previsto como se destaca da qualificação penal que se atribui à conduta:

⁴ Fls. 394: https://pt.wikipedia.org/wiki/Rouba,_mas_faz



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
 São Paulo

Formal, a difamação não exige, para a sua consumação, a efetiva lesão do bem jurídico, contentando-se com a possibilidade de tal violação. Basta, para a sua existência, que o fato imputado seja capaz de macular a honra objetiva. Não é preciso, assim, que o ofendido seja prejudicado pela imputação. ⁵

O mesmo raciocínio se aplica à injúria.

Portanto, não se acolhe os argumentos constantes das contrarrazões, especificamente descritos a fls. 404, segundo parágrafo.

Mais uma vez fundado no acórdão supramencionado relatado pelo Ministro Luís Felipe Salomão:

Diante da evidente ofensa à honra do recorrido, é de ser reconhecida a obrigação de reparar o dano, porquanto este decorre automaticamente do próprio ato, conforme já decidiu esta E. Quarta Turma:
RESPONSABILIDADE CIVIL. DANOS MORAIS DECORRENTES DE PUBLICAÇÃO DE MATÉRIA JORNALÍSTICA OFENSIVA À DIGNIDADE E AO DECORO DA AUTORA. COMPROVAÇÃO DOS DANOS. - Dano moral que decorre do próprio noticiário, dispensando a demonstração específica por parte da autora. - Revolvimento de matéria fática. Incidência da Súmula 7/STJ. Recurso especial não conhecido. (REsp 279197/SE, Rel. Ministro BARROS MONTEIRO, QUARTA TURMA, julgado em 07/11/2002, DJ 24/02/2003 p. 237).

Assim sendo, a recorrida incorre no dever de indenizar por ter submetido o autor a constrangimento indevido configurador de violação à personalidade e *ipso facto* gerador de dano moral.

Configurado o dano moral, cumpre agora compor a reparação.

Não há critérios exatos para se estabelecer o *pretium doloris*. A doutrina pondera que inexistem "caminhos exatos" para se

⁵ JESUS, Dámasio E. de. Direito Penal, 2º volume: parte especial: dos crimes contra a pessoa e dos crimes contra o patrimônio. 28ª edição. São Paulo: Saraiva, 2007, p. 226.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

chegar à quantificação do dano extrapatrimonial, mas lembra também que é muito importante a atuação do juiz, a fim de que se alcance **"a equilibrada fixação do 'quantum' da indenização", dentro da necessária "ponderação e critério"**.⁶

Deve o magistrado, pois, buscar a indenização devida com arrimo em suas duas vertentes, a compensatória (minimizando a angústia experimentada pelo jurisdicionado) e sancionatória (desestimulando o autor do ilícito a reincidir no ato danoso).

Assim, diante das circunstâncias fáticas que nortearam a hipótese, a capacidade econômica das partes reconhecida pela função pública de destaque que ambos exercem, o valor da indenização deve ser fixado em R\$ 30.000,00 (vinte mil reais), corrigidos monetariamente pelo IPCA a partir desta decisão (Súmula 362 STJ) e acrescidos de juros de mora de 1% ao mês desde a data do fato (data do debate), observando-se a Taxa Selic deduzido o índice de atualização monetária IPCA, nos termos dos artigos 389 e 406 do Código Civil, com as alterações da lei 14.905/24.

Não houve carência superveniente em relação aos demais pedidos formulados na inicial pela não utilização do direito de resposta concedido pela Justiça Eleitoral.

Cuidam-se de pedidos diversos.

A pretensão do autor de retirada das publicações feitas em rede pessoal da requerida, para exclusão das postagens realizadas dos "cortes" do vídeo do debate, é medida inócua.

⁶ - LIMONGI FRANÇA, "Reparação do Dano Moral", 'in' RT 631/34.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

Ela não afeta a publicação existente na íntegra e o destaque que a imprensa fez do ocorrido, que continuarão disponíveis na *World Wide Web*.

Igualmente inviável a pretendida divulgação do conteúdo do julgado em redes sociais da requerida, que se prestará apenas a reprimatizar tema já consumido pelo tempo.

Assim, acolhe-se parcialmente o pedido inicial.

A sucumbência deve ser revista, carreando-se a cada uma das partes o pagamento de metade das custas e das despesas processuais, bem como honorários advocatícios devidos reciprocamente, os quais ficam arbitrados em 15% do valor da condenação.

3 – Ante o exposto, **DÁ-SE PARCIAL PROVIMENTO ao recurso do autor**, para julgar parcialmente procedente a ação e condenar a ré a pagar R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), a título indenização de danos morais, devendo ser corrigido monetariamente a partir desta data, incidindo juros moratórios, a partir da data do fato danoso (Súmula 54 do STJ), bem como a pagar as verbas da sucumbência na forma indicada no corpo deste voto.

RONNIE HERBERT BARROS SOARES
RELATOR